

Demonstrações Financeiras

Fast Shop S.A.

31 de dezembro de 2020
com Relatório do Auditor Independente

Fast Shop S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração do fluxo de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da

Fast Shop S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fast Shop S.A (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de maio de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

A handwritten signature in black ink that reads 'Carmen Lucia Chulek'.

Carmen Chulek
Contadora CRC-PR-054044/O-7

Fast Shop S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
	Explicativa		
Ativo			
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	9.186	36.884
Contas a receber	6	265.654	263.191
Estoques	7	595.004	495.010
Impostos e contribuições a recuperar	8	229.148	77.280
Adiantamentos diversos		276	4.543
Despesas antecipadas		2.176	2.195
Outros créditos		1.038	808
Total do Ativo Circulante		1.102.482	879.911
Não Circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15.i	-	19.887
Impostos e contribuições a recuperar	8	529.757	207.965
Partes relacionadas	12	184.050	152.705
Depósitos judiciais	18	18.899	22.293
Investimentos		1.202	420
Direito de uso	9	58.940	80.456
Imobilizado	10	123.937	134.168
Intangível	11	53.172	48.100
Total do ativo não circulante		969.957	665.994
Total do ativo		2.072.439	1.545.905

	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019
Passivo e Patrimônio Líquido			
Circulante			
Fornecedores		821.660	649.211
Financiamento - Risco Sacado de fornecedores	13	159.402	254.009
Arrendamento mercantil	9	19.753	22.877
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	14	62.072	50.525
Aluguéis a pagar		11.089	10.257
Obrigações tributárias	16	74.281	42.840
Dividendos estatutários	12	67.101	31.041
Adiantamentos e devoluções de clientes		18.888	28.428
Garantia estendida	17	28.101	23.997
Vendas para entregas futuras		59.610	30.973
Outras obrigações		97.781	49.628
Total do passivo circulante		1.419.738	1.193.784
Não circulante			
Aluguéis a pagar		947	2.030
Arrendamento mercantil	9	53.260	73.151
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15.i	90.972	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	18	41.789	37.356
Repasse para garantia estendida	17	-	5.171
Outras obrigações		2.671	3.697
Total do passivo não circulante		189.639	121.405
Patrimônio líquido			
Capital social	19	150.000	150.000
Reserva especial de dividendos	19	105.000	-
Reservas de lucros	19	208.062	80.716
Total do patrimônio líquido		463.062	230.716
Total do passivo e patrimônio líquido		2.072.439	1.545.905

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fast Shop S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido do exercício por ação)

	Nota Explicativa	2020	2019
Receita operacional líquida	20	4.044.016	3.696.729
Custo dos produtos e dos serviços vendidos	22	(3.131.675)	(2.863.496)
Lucro bruto		912.341	833.233
Receitas (despesas) operacionais			
Com vendas	22	(391.227)	(394.278)
Gerais e administrativas	22	(370.768)	(352.879)
Depreciação e amortização		(58.762)	(57.993)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	21	254.032	75.180
Equivalência patrimonial		(247)	-
		(566.972)	(729.970)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		345.369	103.263
Receitas financeiras	23	149.588	40.610
Despesas financeiras	23	(77.541)	(108.275)
Resultado financeiro		72.047	(67.665)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		417.416	35.598
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	15.ii	(14.679)	(7.945)
Diferidos	15.ii	(110.860)	(7.216)
		(125.539)	(15.161)
Lucro líquido do exercício		291.877	20.437
Lucro líquido do exercício por ação - R\$ Básico e diluído	24	1.945,85	136,25

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fast Shop S.A.

Demonstração de resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido do exercício	291.877	20.437
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u>291.877</u>	<u>20.437</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fast Shop S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Reservas de Lucros				Reserva especial de dividendos	Lucros acumulados	Total
		Capital social	Legal	Incentivo Fiscal	Retenção de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2018		100.000	8.420	-	106.712	-	-	215.133
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	20.437	20.437
Aumento de Capital		50.000		-	(50.000)	-		
Dividendos complementares	19c	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal	19b	-	1.022	-	-	-	(1.022)	-
Dividendos estatutários	19c	-	-	-	-	-	(4.854)	(4.854)
Transferência para reserva de lucros		-	-	-	14.561	-	(14.561)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		150.000	9.442	-	71.274	-	-	230.716
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	291.877	291.877
Reserva legal	19b	-	14.594	-	-	-	(14.594)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	19c	-	-	-	-	-	(59.531)	(59.531)
Dividendos Adicionais Propostos	19c	-	-	-	-	105.000	(105.000)	-
Transferência para reserva de lucros	19d	-	-	-	73.593	-	(73.593)	-
Transferência para reserva de Incentivos Fiscais	19e	-	-	58.820	(19.662)	-	(39.158)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		150.000	24.036	58.820	125.205	105.000	-	463.062

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fast Shop S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais - R\$)

	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	417.416	35.598
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		
Com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:		
Encargos sobre arrendamento e aluguéis provisionados	8.690	11.128
Equivalência patrimonial	247	-
Descontos obtidos sobre arrendamento COVID-19	(8.334)	-
Crédito de Pis e Cofins (exclusão do ICMS da base de cálculo)	(392.728)	(66.815)
Depreciação e amortização	35.901	33.608
Amortização de direito de uso	22.861	24.385
Baixas do ativo imobilizado e intangível	10.822	2.508
Baixas do direito de uso	4.044	-
Baixas de arrendamento mercantil	(5.132)	-
Ajuste a valor presente de contas a receber, estoques e fornecedores	(6.124)	(3.522)
Juros incorridos entre partes relacionadas	(9.106)	(18.091)
Atualização monetária sobre contingências tributárias	2.091	160
Provisão (Reversão) para participação nos lucros	11.990	(4.420)
Provisão (Reversão) para perdas de créditos esperada	(810)	277
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	6.219	3.885
Provisão para giro lento e margem negativa	3.863	2.952
Variação nos ativos e passivos operacionais:		
Contas a receber	3.418	25.791
Estoques	(101.290)	6.220
Impostos e contribuições a recuperar	(80.932)	25.890
Outros ativos operacionais	(14.789)	(13.338)
Fornecedores	170.936	28
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	(443)	5.673
Aluguéis a pagar	(251)	(1.047)
Obrigações tributárias	36.352	(22.126)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas - pagas	(3.877)	(2.219)
Vendas para entregas futuras	28.637	454
Repasse de garantia estendida	(1.067)	(13.030)
Outros passivos operacionais	37.587	11.102
Caixa gerado pelas atividades operacionais	176.191	45.050
Pagamento de juros de arrendamentos mercantil	(6.177)	(9.596)
Pagamento de juros de aluguéis	(322)	(746)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(19.590)	(7.946)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	150.102	26.762
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Compra (venda) de ações em investidas	(1.029)	(420)
Adições ao imobilizado	(41.304)	(42.465)
Adições ao intangível	(260)	(6.617)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(42.593)	(49.502)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(23.471)	(880)
Financiamento - risco sacado de fornecedores	(94.607)	74.104
Arrendamento mercantil	(17.129)	(24.344)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	(135.207)	48.880

Fast Shop S.A.

Demonstração do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais - R\$)

Aumento (Redução) de Caixa e equivalentes de caixa	<u>(27.698)</u>	<u>26.140</u>
Saldo inicial	36.884	10.744
Saldo final	9.186	36.884
Aumento (Redução) de Caixa e equivalentes de caixa	<u>(27.698)</u>	<u>26.140</u>

Fast Shop S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

1. Contexto operacional

A Fast Shop S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade e no Estado de São Paulo, na Avenida Zaki Narchi, 1.650, tendo como acionista e controladora final a Fastpar Holding S.A. (“Fastpar”).

A Companhia atua preponderantemente no comércio de eletrônicos, máquinas, equipamentos domésticos, comerciais e de escritório, máquinas e aparelhos eletrodomésticos, aparelhos de áudio, vídeo e som, computadores e microcomputadores, periféricos e telefones celulares e, também, na prestação de serviços de instalação e suporte a clientes. A comercialização dos produtos é realizada por meio da plataforma de vendas pela Internet e de uma rede composta por 85 lojas físicas (101 lojas em 2019), sendo 81 da bandeira Fast Shop e 4 da bandeira A2YOU e 8 centros de distribuição (8 centros de distribuição em 2019), sendo os principais localizados em Cajamar, no Estado de São Paulo e Pavuna, no Estado do Rio de Janeiro.

Em 2020 a Companhia atendeu as condições precedentes previstas em compromisso de investimento, firmado em setembro de 2019 com a Zissou Assessoria e Consultoria do Sono S.A. (“Zissou”) e com isso, em 05/08/2020 passou a ter participação de 17,38% na investida. A Zissou encontra-se em fase operacional e tem por objetivo o desenvolvimento das seguintes atividades:

- i. Consultoria e assessoria em modelagem, produção e comercialização, online e off-line, de artigos de sono, casa e decoração, e de vestuário, incluindo colchões, roupas de cama, travesseiros, roupas, calçados, pijamas, e outros artigos e acessórios para cama;
- ii. Consultoria e assessoria na administração de bens e direitos comerciais, como marcas e patentes de comércio e indústria e contatos comerciais de franquia; e
- iii. Consultoria na representação comercial dos produtos indicados no item “i” acima, incluindo a consultoria e assessoria para importação e exportação destes produtos.

1.1 – Impactos Covid-19

A pandemia gerou mudanças impactantes em escala mundial. No atual cenário de muitas incertezas, a Fast Shop mantém em 2021 importantes medida tomadas no início da pandemia, elegendo prioridades, tais quais a saúde e bem-estar de seus colaboradores, a manutenção da empregabilidade e a continuidade da operação. Foram adotadas diversas medidas preventivas de segurança e saúde para proteger a vida dos colaboradores e clientes: Modelo Home Office para funções elegíveis; Manutenção do Plano de saúde com as mesmas coberturas; Oferecimento de atendimento psicológico aos colaboradores; Ajustes nos processos operacionais nos Centros de Distribuição e nas entregas; Ajustes nos procedimentos, escalas e horários do SAC e televendas; Equipe de Saúde e Segurança do Trabalho de plantão oferecendo o apoio e as orientações necessárias; Campanha de Comunicação em todos canais (e-mail, mídias sociais, Whatsapp) com informações atualizadas do Ministério da Saúde e da OMS (Organização Mundial da Saúde); Disponibilização do Álcool em gel em pontos espalhados nas instalações da Fast Shop e para o

Fast Shop S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1 – Impactos Covid-19--Continuação

time de logística nos centros de distribuição e transportes; Higienização constante das instalações, caminhões, entre outros.

Diante do cenário de crise sanitária, a Companhia tomou as seguintes medidas de curto prazo e realizou as seguintes análises:

a) Fechamento temporário de todas Lojas Físicas

Fechamento temporário de todas as lojas físicas a partir de 20 de março de 2020, com posterior abertura gradual, seguindo uma rígida análise de mapa de risco da pandemia nas localidades onde opera.

b) Reforço de Caixa

A companhia fez em 25 de março de 2020, captação de empréstimo junto ao banco Santander, com vencimento e efetiva quitação em setembro de 2020.

c) Negociação com fornecedores e prestadores de serviços:

A Companhia abriu frente de negociação de prazos de pagamentos com seus principais fornecedores, prorrogando em 90 dias a partir da data de 16 de março de 2020. Renegociação de aluguéis de imóveis foram firmadas com todas administradoras, obtendo descontos e alongamento de prazos, o que resultou em um ganho de R\$8.334 reconhecido no resultado do exercício de 2020. Com relação aos fornecedores de produtos e serviços para uso e consumo, obtivemos alongamento de prazos, descontos, suspensão e cancelamento de contratos.

d) Encerramento de lojas físicas de menor rentabilidade:

No exercício de 2020, ocorreram a Companhia registrou perdas decorrentes de baixas no ativo imobilizado e intangível no montante de R\$10.691, por ocasião do encerramento de 16 lojas que apresentavam resultados deficitários. A posição de lojas em dezembro de 2020 totaliza 85 unidades.

Apesar do fechamento de lojas físicas, a Companhia apresentou forte crescimento no canal virtual, fruto dos investimentos em inovação tecnológica dos últimos anos e mudança no comportamento do consumidor advindo da crise sanitária.

e) Redução de jornada de trabalho e suspensão de contratos:

Fast Shop S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1 – Impactos Covid-19--Continuação

A partir do mês de abril de 2020, a Companhia aderiu a Medida Provisória (MP) nº 936/2020, reduzindo jornada de trabalho e salários de todos colaboradores em 25% e suspendendo o contrato de trabalho de alguns, conforme os instrumentos previstos pela MP.

f) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros:

A companhia não identificou necessidade de constituir provisão adicional para perda no recebimento de ativos financeiros decorrentes dos efeitos da pandemia.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, que é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração utilize estimativas. As áreas que envolvem julgamento ou uso de estimativas relevantes na preparação das demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota Explicativa nº 4.

A Companhia efetuou reclassificações entre linhas no fluxo de caixa originalmente apresentado em 2019 para melhor comparabilidade das informações entre os exercícios.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e sua emissão autorizadas pela Administração em 27 de maio de 2021.

As principais práticas contábeis, descritas a seguir, foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia:

Fast Shop S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

a) Princípios gerais

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

O CPC 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida.

a.1) *Receita de Venda de Mercadorias*

As receitas de vendas de produtos e os correspondentes custos são registrados quando da transferência dos riscos e benefícios associados aos produtos vendidos. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções e descontos comerciais.

A receita é reconhecida quando a Companhia deixa de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para a Companhia são prováveis, o que ocorre substancialmente no momento de entrega dos produtos aos clientes nas lojas. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta.

a.2) *Receitas de Prestação de Serviços*

As receitas de prestação de serviços são reconhecidas pelo regime de competência de acordo com a essência de cada contrato, desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. As receitas de prestação de serviços têm a seguinte origem:

- Serviços de instalação: reconhecidos quando da instalação dos produtos adquiridos pelo cliente.
- Comissão de seguro e garantia: valores relacionados à venda de seguro e garantia estendida ao cliente, cuja receita é reconhecida quando o bem é efetivamente entregue ao cliente.
- Serviços “Suporte Digital”: valores relacionados a serviços de “*help desk*” para apoio e suporte à configuração de computadores e produtos assemelhados aos clientes, cuja receita é reconhecida quando da prestação desses serviços.

Fast Shop S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é o contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

b.1) *Ativos financeiros não derivativos - reconhecimento inicial e mensuração subsequente*

Reconhecimento Inicial

Ativos financeiros não derivativos, exceto contas a receber, são mensurados no reconhecimento inicial pelo seu valor justo, acrescido (no caso de ativo que não seja mensurado pelo valor justo por meio do resultado) dos custos da transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição.

Contas a receber que não contêm um componente significativo de financiamento são mensurados no reconhecimento inicial pelo preço da transação.

Classificação de Instrumentos Financeiros

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Fast Shop S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

- b.1) *Ativos financeiros não derivativos - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação*

Avaliação do Modelo de Negócios

A avaliação do modelo de negócios requer a classificação do ativo em um dos modelos de negócios definidos pelo CPC 48 (IFRS 9). Os modelos de negócios refletem como a Companhia administra os ativos financeiros para gerar fluxos de caixa com base em cenários que a Companhia espera razoavelmente que ocorram. Para realizar a avaliação do modelo de negócios, a Companhia agrupou ativos financeiros em carteiras de ativos administrados em conjunto.

<u>Objetivo</u>	<u>Mensuração</u>
Receber os pagamentos contratuais ao longo da vida do instrumento	Ao custo amortizado
Receber fluxos de caixa contratual e vendê-los	Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes
Manter para negociação ou mensurados ao valor justo	Ao valor justo por meio do resultado

Avaliação das características do fluxo de caixa contratual

A avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais é exigida a fim de determinar se os fluxos de caixa contratuais consistem exclusivamente em "SPPI"-pagamentos de principal ou juros sobre o montante principal proeminente.

Quando os fluxos de caixa dos ativos consistem exclusivamente de SPPI - posteriormente será mensurado seguindo o resultado da avaliação do modelo de negócios. No entanto, quando os fluxos de caixa dos ativos não consistem apenas de SPPI, deverá ser mensurado pelo valor justo por meio do resultado, independente do modelo de negócios.

Fast Shop S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis—Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

b.1) *Ativos financeiros não derivativos - reconhecimento inicial e mensuração subsequente*--Continuação

Mensuração subsequente dos ativos financeiros da Companhia

Os critérios de mensuração subsequente dos ativos financeiros são apresentados a seguir:

- Ao custo amortizado – Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.
- Os ativos financeiros a custo amortizado incluem: investimentos restritos, clientes e outras receitas que não sejam cartão de crédito, contas a receber de partes relacionadas, depósitos em garantia e reserva de manutenção;
- Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Fast Shop S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

b.1) *Ativos financeiros não derivativos - reconhecimento inicial e mensuração subsequente*--Continuação

Mensuração subsequente dos ativos financeiros da Companhia--Continuação

Os ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem: recebíveis de cartão de crédito; e

- Ao valor justo por meio do resultado – Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos, inclusive derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida ser classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil.
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Fast Shop S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

b.2) *Passivos Financeiros não Derivativos - Reconhecimento Inicial e Mensuração Subsequente*

Reconhecimento Inicial

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado, ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado e quando aplicável.

Passivos financeiros não derivativos, são mensurados inicialmente pelo valor justo menos os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de um passivo financeiro.

Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Fast Shop S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

b.2) *Passivos Financeiros não Derivativos - Reconhecimento Inicial e Mensuração Subsequente*--Continuação

Passivos financeiros ao custo amortizado

Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva.

A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Todos os passivos financeiros não derivativos da Companhia na data do balanço são mensurados pelo custo amortizado e consistem principalmente em financiamentos e contas a pagar.

b.3) *Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros*

Ativos financeiros

Um ativo financeiro ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes, é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa, do ativo, expirarem; ou
- A Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, a um terceiro por força de um acordo de 'repasse' e; (a) transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o mesmo.

Fast Shop S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

b.3) *Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros*--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. Nesse caso, também reconhece um passivo associado.

O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações mantidos.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou a máxima contraprestação que puder ser exigida, dos dois o menor.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro da mesma contraparte com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença, nos correspondentes valores contábeis, reconhecida na demonstração do resultado.

b.4) *Compensação de instrumentos financeiros*

Ativos e passivos financeiros são compensados e o montante líquido apresentado nas demonstrações de resultado se houver direito legal de compensar os montantes reconhecidos e intenção em liquidar numa base líquida, ativos e passivos simultaneamente.

Fast Shop S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

b.5) *Imparidade de ativos financeiros*

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas de acordo com as exigências do CPC 48 (IFRS 9).

Contas a receber de clientes

A Companhia utiliza a abordagem simplificada permitida pelo IFRS 9 para estimar a provisão para perdas em contas a receber de clientes.

Na abordagem simplificada, a Companhia estima perdas de crédito esperado dos valores a receber ao longo da vida na data do balanço (com vida contratual inferior à 12 meses em todos os casos) uma vez que eles resultam de transações com clientes e não têm componente de financiamento significativo.

A Companhia considera recebíveis de cartão de crédito como baixo risco de inadimplência, tendo em vista que não possui histórico de perdas de crédito sobre tais recebíveis e espera-se que não tenha, portanto, não há reconhecimento de provisão para perda esperada.

A fim de estimar perdas de crédito decorrentes de contas a receber e ativos contratuais a Companhia segrega tais ativos em carteiras de recebíveis para aqueles que possuem características semelhantes de risco de crédito. Para cada carteira a Companhia mede a taxa histórica de perdas (líquidas de recuperações) de recebíveis inadimplentes ao longo de um período histórico relevante, considerando inadimplentes aqueles com atraso superior há 90 dias. A taxa histórica de perda para a carteira é ajustada posteriormente a fim de incorporar uma estimativa do impacto das condições econômicas futuras sob essas taxas históricas.

A estimativa do impacto das condições econômicas futuras é baseada na correlação observável com indicadores macroeconômicos. A Companhia revisa tempestivamente o período histórico em que as perdas são mensuradas e o indicador macroeconômico relevante a ser utilizado, e como correlacionar com a experiência de inadimplências.

Fast Shop S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

b.5) *Imparidade de ativos financeiros*--Continuação

Outros ativos financeiros

Para outros ativos financeiros a Companhia avalia individualmente para cada contraparte, se houve aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Esta determinação baseia-se em informações disponíveis da contraparte. Caso haja classificação do risco de crédito da contraparte por agência de rating disponível, tal informação é levada em consideração.

Para ativos financeiros que não possuam aumento significativo no risco de crédito, uma estimativa de perdas de crédito esperada é feita com base em eventos de inadimplência de um instrumento financeiro mensurável dos próximos 12 meses após a data do balanço, enquanto que para os ativos com um aumento significativo no risco de crédito a estimativa é feita com base nas perdas resultantes de eventos de inadimplência mensuráveis ao longo da vida do ativo.

Uma provisão para perda é reconhecida quando a Companhia estima que haverá o risco de perdas de crédito durante o período. Na mensuração da provisão, a Companhia considera pelo menos três cenários (padrão, otimista e pessimista) e para cada um, é feita uma estimativa dos fluxos de caixa (incluindo os fluxos de caixa de garantia). Os fluxos de caixa estimados resultantes de cada cenário são descontados a valor presente na data do balanço e são ponderadas pela probabilidade que baseia-se em julgamento para cada cenário.

b.6) *Instrumentos financeiros derivativos*

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos em aberto, tampouco contratou tais instrumentos durante os exercícios findos naquelas datas.

Fast Shop S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

c) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação ou consideradas de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor; são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

d) Contas a receber e provisão para perdas de créditos esperadas

As contas a receber são registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e relacionadas às operações de venda com cartões de crédito, deduzidas da provisão para perdas de crédito esperadas, conforme política divulgada na nota 4.b.

As operações de venda a prazo, prefixadas, foram trazidas a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de juros incluída no valor da venda a prazo. A constituição do ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a rubrica "Contas a receber" e sua realização é registrada na rubrica "Receitas financeiras", pela fruição do prazo.

e) Estoques

Registrados ao custo médio de aquisição, deduzido, quando aplicável, de provisão para ajustá-lo ao valor de mercado ou realização, quando este for inferior, e provisão para perdas para itens sem movimentação, excessivos ou não realizáveis, mediante análises periódicas conduzidas pela Administração.

f) Bonificações

As bonificações e os descontos de fornecedores são reconhecidos como redução dos correspondentes custos dos produtos vendidos, quando relacionados aos estoques, e como redução das despesas de propaganda, quando relacionados a propaganda cooperada, incorridas basicamente por meio de acordos comerciais, atrelados a volume de compras e/ou verbas de participações em campanhas promocionais.

Fast Shop S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

g) Imobilizado

Registrado ao valor de custo de aquisição, formação ou construção deduzido de depreciação e, quando aplicável, perda por redução ao valor de recuperação.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, conforme as taxas demonstradas na Nota Explicativa nº 10. A depreciação das instalações e das benfeitorias em imóveis de terceiros é calculada com base no prazo dos contratos de aluguel firmados com terceiros ou pelo tempo de vida útil-econômica dos bens, dos dois, o menor. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados nas datas dos balanços, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A depreciação inicia-se quando da abertura da loja e do início da utilização dos ativos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, quando aplicável, conforme os termos do contrato de arrendamento em questão.

h) Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida e adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os gastos com fundo de comércio pagos quando da assinatura dos contratos de aluguel dos imóveis comerciais são considerados itens do ativo intangível na data de assinatura dos contratos e amortizados linearmente pelo prazo de locação.

Fast Shop S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

i) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

A Companhia analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso tais evidências estejam presentes, estima o valor recuperável do ativo, que é o maior valor entre: (i) seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (ii) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo excede seu valor recuperável, é reconhecida redução (provisão) do saldo contábil desse ativo ("*impairment*").

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (UGCs).

j) Direito de uso e passivo de arrendamento

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por remensurações do passivo de arrendamento previstas em contrato. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos.

A Companhia utilizou como componente do custo os valores de pagamentos de arrendamento fixos, que seriam os pagamentos mínimos acordados em contrato. Os valores de pagamentos especificamente variáveis estão fora do alcance do CPC 06 (R2) e são reconhecidos mensalmente como despesas operacionais.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

A Companhia é parte em determinados contratos com prazos indeterminados. Considerando que tanto o locador quanto o locatário têm o direito de cancelar o contrato a qualquer momento, com multa insignificante quando houver, a Companhia entende que tais contratos estão fora do alcance do pronunciamento CPC 06 (R2), e portanto, os pagamentos são reconhecidos como despesas operacionais (vide nota 25).

Fast Shop S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

k) Venda para entrega futura

Representa vendas já realizadas, porém não entregues aos consumidores, substancialmente representadas por listas de presentes e de casamento e produtos vendidos e não entregues, uma vez que a transferência da posse dos bens não ocorreu para o reconhecimento da receita até a data de encerramento de cada exercício.

l) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões são reconhecidas mediante uma obrigação presente, legal ou não formalizada, resultante de um evento passado que demande uma saída provável de recursos financeiros para liquidar a obrigação, cujo montante possa ser razoavelmente estimado na data de encerramento de cada exercício.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação até a data de encerramento de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

A provisão para riscos está atualizada até a data de encerramento de cada exercício, pelo montante provável de perda, observada sua natureza e apoiada na opinião dos assessores jurídicos da Companhia.

m) Ajuste a valor presente de passivos

Os passivos de curto prazo, quando relevantes, foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa de juros básica (SELIC). A constituição do ajuste a valor presente do passivo de fornecedores tem como contrapartida a rubrica "Estoques para revenda" e sua realização é registrada na rubrica "Custos dos produtos e serviços vendidos", pela realização dos estoques, e em "Despesas financeiras" pelo pagamento aos fornecedores.

n) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos estão apresentados pelo custo ou valor líquido de realização, se inferior, e os passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até a data de encerramento de cada exercício.

Fast Shop S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

o) Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

A provisão para Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A alíquota de IRPJ é de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240, e a da CSLL é de 9% sobre o lucro tributável.

A despesa de IRPJ e CSLL correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados nas datas dos balanços, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita a interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

Impostos diferidos

O IRPJ e a CSLL diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias existentes no fim do exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada nas datas dos balanços e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera ser recuperado.

Fast Shop S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

o) Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

ICPC 22 / IFRIC 23 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Emitida pelo IASB em 7 de junho de 2017. Foi traduzida pela ICPC 22 – Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre o Lucro, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC (Interpretação ICPC 22 aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade) e divulgada pela CVM em 27 de dezembro de 2018, através da deliberação 804 que a aprova e torna obrigatória, para as companhias abertas.

Esta interpretação do IAS 12 – Tributos sobre o Lucro, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração da norma quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos com base no lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinadas.

A Companhia informa que concluiu suas análises e não identificou tratamentos fiscais incertos, ou seja, é mais provável que as autoridades fiscais aceitem o montante apurado em suas declarações de Imposto de Renda. Sendo assim, não vislumbrou cenários de incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro para constituição de ativos ou passivos, fiscais ou diferidos, sob a ótica da nova norma.

p) Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos, feita pela Administração da Companhia, que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada como passivo circulante, na rubrica “Dividendos obrigatórios”, por ser considerada uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia.

q) Lucro por ação

Conforme o pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação, o resultado deve ser apresentado como básico e diluído, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 24.

Fast Shop S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

3. Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020

A companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2020 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios

As alterações do CPC 15 (R1) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os inputs - entradas de recursos e processos necessários para criar outputs - saída de recursos. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia, mas podem impactar períodos futuros caso a Companhia ingresse em quaisquer combinações de negócios.

Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que este não possui relações de hedge de taxas de juros.

Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material

As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras, nem se espera que haja algum impacto futuro para a Companhia.

Fast Shop S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

3. Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB-- Continuação

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020--Continuação

Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

O pronunciamento revisado apresenta alguns novos conceitos, fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.

Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Fast Shop S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

3. Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB--Continuação

Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 – Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Companhia.

Fast Shop S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

3. Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB--Continuação

Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Fast Shop S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

4. Principais fontes de julgamento e estimativas

Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente e os respectivos efeitos são reconhecidos no exercício em que são revisadas, se a revisão afetar apenas esse exercício, ou também em exercícios posteriores, se a revisão afetar tanto o exercício presente quanto exercícios futuros.

a) Avaliação do valor recuperável do imobilizado e intangível

Os bens do imobilizado, do intangível e de outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

b) Provisão para perdas de créditos esperadas

Provisão para perdas de créditos esperadas está baseada no resultado de uma análise histórica de inadimplência de sua carteira com a aplicação de índices de inadimplência sobre o saldo a receber de clientes.

c) Provisão para perdas com estoques

Avaliada em virtude da análise de margem e obsolescência dos estoques, considerando-se os estoques sem condição de venda, por defeito ou com tecnologia superada, e que não são reembolsáveis pelos fornecedores.

Fast Shop S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

4. Principais fontes de julgamento e estimativas--Continuação

d) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. A provisão é constituída para todos os riscos que representam perdas prováveis, na opinião dos assessores legais da Companhia. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais. A Administração acredita que essa provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas está corretamente apresentada nas demonstrações financeiras.

e) Impostos diferidos

Os impostos diferidos ativos são calculados com base em estudo sobre a expectativa de realização do lucro tributável futuro, deduzido de todas as diferenças temporárias, anualmente revisado e aprovado pela Administração. As projeções dos resultados futuros consideram as principais variáveis de desempenho da economia brasileira, o volume e o preço das vendas e as alíquotas dos tributos.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Fundo fixo e caixa	3.872	13.190
Aplicações financeiras (*)	5.314	23.694
Total	<u>9.186</u>	<u>36.884</u>

(*) Estão representadas por aplicações automáticas conforme a disponibilidade do saldo da conta corrente com liquidez imediata e são remuneradas pela variação de 50% (50% em 2019) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Fast Shop S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

6. Contas a receber

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Operadoras de cartão (a)	75.751	199.623
Contas a receber de pessoa jurídica (b)	56.991	16.949
Bonificações	71.791	17.591
Trade-in a receber	54.875	26.882
Outros recebíveis	8.305	5.015
Provisão para perdas de créditos esperada (c)	(2.059)	(2.869)
Total	<u>265.654</u>	<u>263.191</u>

(a) Apresentadas líquidas das taxas de administração por elas cobradas.

A Companhia antecipa os recebíveis de cartão de crédito com as administradoras sem nenhum direito de regresso nem coobrigação relacionada.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia antecipou recebíveis, no montante de R\$1.654.695 (R\$1.980.528 em 2019), gerando encargos no valor de R\$ 26.432 conforme demonstrado na nota explicativa nº 23.

(b) Referem-se às vendas corporativas realizadas diretamente às pessoas jurídicas.

(c) Constituída conforme análise da Administração sobre as prováveis perdas dos créditos em aberto.

A seguir, são demonstrados o saldo do Contas a receber por idade de vencimento:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
A vencer:		
Acima 360 dias	558	
De 181 a 360 dias	12.118	68.927
De 121 a 180 dias	7.017	11.161
De 91 a 120 dias	4.277	6.700
De 61 a 90 dias	3.789	9.157
De 31 a 60 dias	4.863	13.799
Até 30 dias	235.091	156.316
Total	<u>267.713</u>	<u>266.060</u>

A movimentação da provisão para perdas de créditos esperada é como segue:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Saldo no início do exercício	(2.869)	(2.592)
Provisão	(631)	(685)
Reversão	1.441	408
Saldo no fim do exercício	<u>(2.059)</u>	<u>(2.869)</u>

Fast Shop S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

7. Estoques

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Produtos para revenda	597.117	478.258
Produtos em trânsito	6.066	21.967
Material de consumo e embalagem	4.614	3.715
Provisão para giro lento e margem negativa	<u>(12.793)</u>	<u>(8.930)</u>
Total	<u>595.004</u>	<u>495.010</u>

A movimentação da provisão para giro lento e margem negativa é como segue:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo em 1 de janeiro	(8.930)	(5.978)
Provisão	(6.470)	(9.723)
Reversão	2.607	6.771
Saldo em 31 de dezembro	<u>(12.793)</u>	<u>(8.930)</u>

Fast Shop S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

8. Impostos e contribuições a recuperar

	31/12/2020	31/12/2019
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços por Substituição Tributária - ICMS-ST (a)	885	1.545
ICMS (b)	381.398	263.847
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS (c)	287.720	10.745
Programa de Integração Social – PIS (c)	64.116	2.333
Antecipação de imposto de renda e contribuição social	19.586	6.775
Outros	5.200	-
Total	758.905	285.245
Circulante	229.148	77.280
Não circulante	529.757	207.965
Total	758.905	285.245

- (a) A compensação dos saldos das contas de créditos será realizada a partir de janeiro/2021. a) Entradas em devoluções de mercadorias transferidas entre estabelecimentos b) Compensação de créditos vindos de fornecedores substituídos vendendo para CD Regime Especial – Substituto c) antecipação (Pagamento) de ICMS ST nas aquisições – Ufs MG/RJ/RS.
- (b) A compensação dos saldos das contas de créditos será realizada nos próximos 5 anos conforme Plano de Monetização - Compreende: a) Recurso Extraordinário (RE) 593849 do STF, em SP através da Portaria CAT nº 42/2018, no Paraná através do Decreto n. 7.871, de 29 de setembro de 2017, em MG através Decreto nº 47.809/2019, art. 5º e Rio Grande do Sul através Decreto nº 54.308, do ano de 2018 - RESSARCIMENTO DO ICMS-ST pago a maior em decorrência de base presumida não realizada. b) ICMS Ressarcimento com base na Portaria CAT 158 – saídas interestaduais para não contribuintes. c) valores relacionados a créditos futuros, oriundos de recolhimentos para Antecipação Tributária nos estados de Pernambuco (Portaria SF nº 147/2008, VI, "a") e Bahia (Fundamento: § 2º e inciso III do artigo 332 do RICMS-BA, aprovado pelo Decreto Estadual nº 13.780 de 16.03.2012 e § 7º do artigo 125 do RICMS-BA/1997). d) operações com Mercadoria em trânsito - Transferências entre CD's, onde fica-se aguardando as entradas das notas fiscais no destino; e) operações com créditos de ICMS em Poder de 3º (operações aguardando retorno das notas fiscais emitidas em Demonstração). f) crédito fiscal oriundo do Termo de Acordo N° 2018.01.00.00107 no estado da Paraíba que permite saídas beneficiadas com alíquota presumida. g) o aumento em 2020 em relação ao ano de 2019 se deu basicamente às recuperações referentes ao ressarcimento por diferença de margem.
- (c) Em função da decisão favorável obtida em 2020, a Companhia registrou complemento em relação ao crédito extemporâneo já reconhecido, oriundo da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins, Processo Judicial 0007380-39/2010.403.6100, compreende o período 2005 a 2014 com trânsito em julgado em 27/09/2018, valor principal totaliza R\$ 125.935.811,25 e selic até 12/2020 de R\$ 116.157.706,45. Em adição, reconheceu os créditos referente ao Processo Judicial 5002620.15.2017.4.03.6100, compreendendo o período 2015 a abr/2020 com trânsito em julgado em 17/04/2020, valor principal R\$ 140.516.030,75 e selic até 12/2020 de R\$ 26.996.810,65. Ambos os créditos estão sendo utilizados para compensação de tributos federais autorizados pela Receita Federal, com monetização de consumo no total R\$ 97.482.887,62 para os próximos 12 meses e o restante de R\$ 246.239.133,18 para o período subsequente.

Fast Shop S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

9. Direito de uso e passivo de arrendamento

As movimentações na rubrica “Direito de uso” foram as seguintes:

	Adoção Inicial						
	1/1/29	Adições	31/12/2019	Adições	Remen- surações	Baixas	31/12/2020
Custo:							
Imóveis	103.439	-	103.439	-	5.432	(5.961)	102.910
Veículos	-	1.402	1.402	-	(43)	(508)	851
Total do custo	103.439	1.402	104.841	-	5.389	(6.469)	103.761
Depreciação acumulada:							
Imóveis	-	(24.385)	(24.385)	(22.281)	-	2.270	(44.396)
Veículos	-	-	-	(580)	-	155	(425)
Total da depreciação	-	(24.385)	(24.385)	(22.861)	-	2.425	(44.821)
Valor líquido	103.439	(22.983)	80.456	(22.861)	5.389	(4.044)	58.940

Movimentação do passivo de arrendamento:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	96.028	118.033
Adição/ remensurações	5.389	1.553
Juros incorridos	8.368	10.382
Pagamento de principal	(17.129)	(24.344)
Pagamento de juros	(6.177)	(9.596)
Descontos obtidos COVID-19	(8.334)	-
Baixas	(5.132)	-
Saldo final em 31 de dezembro	73.013	96.028
Circulante	19.753	22.877
Não circulante	53.260	73.151

Fluxo de pagamentos contratuais a valor presente em 31 de dezembro de 2020

Vencimento	Taxa Média Ponderada (CDI + Spread)	2021	2022	2023	2024	2025	Acima de 2025	Total
2021-2022	8,6%	8.777	2.141	-	-	-	-	10.918
2023-2025	10,3%	7.645	8.257	7.636	3.307	944	-	27.789
2026-2028	11,0%	2.693	2.990	3.319	3.685	4.091	8.520	25.298
2029-2031	11,2%	638	694	772	858	955	5.091	9.008
Total Geral		19.753	14.082	11.727	7.850	5.990	13.611	73.013

Fast Shop S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

10. Imobilizado

	Taxa anual média de depreciação -%	31/12/2020			31/12/2019		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Máquinas e equipamentos	6	27.745	(17.482)	10.263	27.304	(16.608)	10.696
Móveis e utensílios	7	74.530	(45.928)	28.602	77.522	(43.243)	34.279
Veículos	8	9.667	(6.376)	3.291	9.667	(5.596)	4.071
Equipamentos de informática	4	9.312	(8.276)	1.036	8.906	(8.061)	845
Imobilizado em andamento	-	19.676	-	19.676	9.355	-	9.355
Benfeitorias e instalações	9	153.676	(92.607)	61.069	163.347	(88.425)	74.922
Total		294.606	(170.669)	123.937	296.101	(161.933)	134.168

As movimentações na rubrica “Imobilizado” foram as seguintes:

	31/12/2018	Adições	Baixas	Transferência		31/12/2019	Adições	Baixas	Transferência		31/12/2020
				(a)	(a)				(a)	(a)	
Custo:											
Máquinas e equipamentos	25.904	2.967	(1.682)	115		27.304	1.669	(1.393)	165		27.745
Móveis e utensílios	75.139	3.240	(1.317)	460		77.522	998	(4.156)	166		74.530
Veículos	9.840	330	(503)	-		9.667	-	-	-		9.667
Equipamentos de informática	9.860	167	(1.462)	341		8.906	621	(215)	-		9.312
Imobilizado em andamento	12.102	33.947	(1.021)	(35.673)		9.355	37.507	-	(27.186)		19.676
Benfeitorias e instalações	150.524	1.814	(330)	11.339		163.347	509	(17.934)	7.754		153.676
Total do custo	283.369	42.465	(6.315)	(23.418)		296.101	41.304	(23.698)	(19.101)		294.606
Depreciação acumulada:											
Máquinas e equipamentos	(15.428)	(2.082)	902	-		(16.608)	(1.679)	805	-		(17.482)
Móveis e utensílios	(38.899)	(5.381)	1.043	(6)		(43.243)	(5.282)	2.597	-		(45.928)
Veículos	(5.250)	(794)	448	-		(5.596)	(781)	1	-		(6.376)
Equipamentos de informática	(8.934)	(462)	1.335	-		(8.061)	(406)	191	-		(8.276)
Benfeitorias e instalações	(74.549)	(13.957)	81	-		(88.425)	(14.175)	9.993	-		(92.607)
Total da depreciação	(143.060)	(22.676)	3.809	(6)		(161.933)	(22.323)	13.587	-		(170.669)
Valor líquido	140.309	19.789	(2.506)	(23.424)		134.168	18.981	(10.111)	(19.101)		123.937

(a) Valores transferidos para o grupo de Intangível conforme natureza – vide Nota 11

Avaliação do valor recuperável

Os testes de recuperação são realizados anualmente, conforme descrito na Nota Explicativa nº 2. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos cedidos em garantia

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia não possuía bens do ativo imobilizado dados em garantia ou arrolados em defesa de processos judiciais, exceto pelas obrigações assumidas por meio de contratos de arrendamento financeiro que estão garantidas pela titularidade do arrendador sobre os ativos arrendados.

Fast Shop S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

11. Intangível

	Taxa anual de amortização - %	31/12/2020			31/12/2019		
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Software	20	94.510	(42.917)	51.593	75.176	(29.982)	45.194
Fundo de comércio	(*)	16.215	(14.636)	1.579	18.546	(15.640)	2.906
Total		110.725	(57.553)	53.172	93.722	(45.622)	48.100

(*) Os valores de fundo de comércio são amortizados pelo prazo de locação das lojas situadas em shopping centers.

As movimentações na rubrica “Intangível” foram as seguintes:

	31/12/2018	Adições	Baixa	Transferência		31/12/2019	Adições	Baixa	Transferência		31/12/2020
				(a)					(a)		
Custo:											
Software	45.141	6.617	(6)	23.424	75.176	260	(27)	19.101		94.510	
Fundo de comércio	18.546	-	-	-	18.546	-	(2.331)	-		16.215	
Total do custo	63.687	6.617	(6)	23.424	93.722	260	(2.358)	19.101		110.725	
Amortização acumulada:											
Software	(19.784)	(10.202)	4	-	(29.982)	(12.948)	13	-		(42.917)	
Fundo de comércio	(14.910)	(730)	-	-	(15.640)	(630)	1.634	-		(14.636)	
Total da amortização	(34.694)	(10.932)	4	-	(45.622)	(13.578)	1.647	-		(57.553)	
Valor líquido	28.993	(4.315)	(2)	23.424	48.100	(13.318)	(711)	19.101		53.172	

(a) Valores transferidos do grupo do Imobilizado conforme natureza – vide Nota 10.

Fast Shop S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

12. Partes relacionadas

A Companhia mantém transações com partes relacionadas conforme detalhado a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo não circulante:		
Corcam Tecnologia S.A (a)	31.954	26.692
Fastpar Holding Ltda. (a)	105.864	91.693
Fast Ventures Ltda. (a)	7.377	4.952
Sossego Consultoria e Corretagens de Seguro S.A (a)	24.731	22.389
Tandori Holding S.A. (a)	1.055	1.540
Vertis Tecnologia em informática S.A (a)	5.519	5.439
Sócios	7.550	-
	184.050	152.705
Passivo circulante:		
Dividendos a pagar:		
Fastpar Holding Ltda.	67.101	31.041
Receita Financeira:		
Corcam Tecnologia S.A (a)	2.135	4.343
Fastpar Holding Ltda. (a)	4.796	9.069
Fast Ventures Ltda. (a)	237	337
Pricez Serviços Digitais Ltda. (a)	-	14
Sossego Consultoria e Corretagens de Seguro S.A (a)	1.843	3.782
Tandori Holding S.A. (a)	15	-
Vertis Tecnologia em informática S.A (a)	80	545

(a) Referem-se aos contratos de mútuos firmados com as referidas partes relacionadas, remuneração pela Selic mensal, vencimento 5 anos.

As transações com Partes Relacionadas são realizadas em condições específicas acordadas entre as partes.

A receita com vendas de mercadorias realizadas para acionistas foi de R\$ 503 em 2020 (R\$ 268 em 2019).

Remuneração da Administração

Em 2020, a remuneração dos diretores foi de R\$ 8.666 (R\$ 10.269 em 2019). A Companhia não concede benefícios pós-emprego nem de rescisão de contrato de trabalho. Até 31 de dezembro de 2020 e 2019, não foi registrado nenhum benefício de longo prazo.

De acordo com a legislação societária brasileira e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas fixar, em Assembleia Geral, o montante global da remuneração anual dos diretores.

Fast Shop S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

13. Financiamento - Risco sacado de fornecedores

	Modalidade	Encargos financeiros	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores nacionais	Risco sacado	0,50% a.m .	159.402	254.009

Convênio de colaboração recíproca em operações de aquisição de crédito sob a modalidade de “risco sacado” mediante a confirmação de informações mercantis, firmado entre a Companhia e as instituições financeiras de primeira linha para antecipação, sem direito de regresso, por parte dos fornecedores da Companhia, de seus valores a pagar, sendo a Companhia, a partir da data da cessão dos referidos créditos, a responsável pela liquidação dessas antecipações com as instituições financeiras.

14. Obrigações trabalhistas e previdenciárias

	31/12/2020	31/12/2019
Salários	10.914	9.499
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS	1.937	2.155
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	6.872	7.170
Provisão de férias e encargos	26.029	27.203
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	3.318	3.500
Participação nos resultados	12.267	277
Outros	735	721
Total	62.072	50.525

Fast Shop S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

15. Imposto de renda e contribuição social diferidos

i. Diferidos

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para despesas diversas	31.402	16.737
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	14.208	12.701
Provisão para perda com estoques	4.350	3.036
Provisão para perdas de créditos esperadas	700	975
IFRS 16	1.361	1.181
IFRS 15	4.353	-
Total Ativo Diferido	56.374	34.630
Exclusão do Crédito de ICMS na base do PIS/COFINS	(120.785)	-
Ajuste a valor presente devido	(3.928)	(5.795)
Diferenças de taxas de depreciação	(2.594)	(2.596)
Verba de Fornecedores	(20.039)	(6.352)
Total Passivo Diferido	(147.346)	(14.743)
Total Diferido	(90.972)	19.887

ii. Conciliação do crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social

	2020	2019
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	417.416	35.598
Alíquota fiscal nominal	34%	34%
Despesa com imposto de renda e contribuição social à alíquota fiscal nominal	(141.920)	(12.103)
Diferenças temporárias e permanentes, líquidas	8.631	(3.058)
Resultado de períodos anteriores	7.750	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(125.539)	(15.161)
Correntes	(19.048)	(7.945)
Resultado de períodos anteriores	4.369	-
Diferidos	(114.241)	(7.216)
Resultado de períodos anteriores	3.381	-
Total	(125.539)	(15.161)
Alíquota fiscal efetiva sobre o resultado do exercício	30%	43%

Fast Shop S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

15. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferido ativo registrado limita-se aos valores cuja realização é amparada por projeções de bases tributáveis futuras, aprovadas pela Administração. A expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos é de no máximo 5 anos, como segue:

	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Projeção do consumo sobre o diferido ativo/ passivo	(29.272)	(30.016)	(34.269)	2.313	272	(90.972)

16. Obrigações tributárias

	31/12/2020	31/12/2019
Contribuição Social a recolher (a)	5.233	-
IRPJ a recolher (a)	13.815	-
ICMS-ST (b)	30.596	21.346
ICMS (c)	8.882	5.072
Imposto Sobre Serviços (ISS)	357	480
COFINS	12.098	12.509
PIS	2.358	2.722
Outros	942	711
Total	74.281	42.840

a) Acréscimo decorrente da variação pelo aumento de provisões realizadas nas linhas de fornecedores, contingências e participação nos resultados, bem como, acréscimo no valor a pagar em razão da adição das compensações realizadas, advinda da receita reconhecida como crédito extemporâneo da Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS.

b) Em 2016, a Companhia implementou o Regime Especial N° 974577/2012 que equipara o CD Cajamar/SP como substituto tributário, permitindo a recuperação do ICMS ST nas operações de compra e retorno de transferência. Considera também operações com ICMS-ST Antecipado. Débito fiscal oriundo do Termo de Acordo N° 2018.01.00.00107 no estado da Paraíba que permite saídas beneficiadas com alíquota presumida.

c) Operações de ICMS Próprio – Resultado dos débitos vs créditos do mês de dezembro/2020.

Fast Shop S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

17. Garantia estendida

Em 8 de dezembro de 2016, a Companhia e sua controladora Fastpar celebraram acordo operacional com a seguradora Zurich Minas Brasil Seguros visando à comercialização e estipulação dos produtos de garantia estendida e seguro para furto, roubo e quebra, por meio dos canais de distribuição à sua base de clientes pelo prazo de seis anos. Sendo assim, a Companhia rescindiu o contrato com as seguradoras Assurant e Sura.

Nesse período, a Companhia fará a intermediação dos produtos de garantia estendida e seguro para furto, roubo e quebra, os quais serão comercializados e faturados diretamente aos clientes e os valores dos “prêmios” serão totalmente repassados à Zurich mensalmente, sendo a Companhia remunerada por uma comissão sobre o valor de cada transação.

A Companhia recebeu uma verba “Upfront” em 19/12/2016 no valor de R\$ 32.500 a título de antecipação pela angariação de garantia e seguros no âmbito de contratos celebrados com a Zurich Minas Brasil Seguros, sendo amortizada mensalmente pelo cumprimento dos compromissos assumidos e metas de venda de Garantia, com respectivo efeito no resultado registrado na rubrica “Outras Receitas” nota 21 - Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas no montante de R\$ 5.417 (R\$ 8.347 em 2019).

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Garantia estendida	18.042	12.513
Seguro furto e roubo	2.388	3.067
Receita Diferida – Circulante*	5.171	5.417
Contrato Zurich – Métrica de Qualidade	2.500	3.000
Circulante	<u>28.101</u>	<u>23.997</u>
Receita Diferida- não circulante*	-	5.171
Não circulante	<u>-</u>	<u>5.171</u>

(*) Acordo de exclusividade com a Zurich, referente a venda de serviços de garantia, seguro e quebra, o qual será apropriado ao resultado de acordo com as metas estabelecidas no contrato.

Fast Shop S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

18. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

	<u>31/12/2019</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>31/12/2020</u>
Tributário (a)	2.067	6.721	-	-	8.788
Trabalhista (b)	33.187	29.256	(28.038)	(3.729)	30.676
Cíveis (c)	2.102	2.161	(1.790)	(148)	2.325
Total	<u>37.356</u>	<u>38.138</u>	<u>(29.828)</u>	<u>(3.877)</u>	<u>41.789</u>

As principais características das contingências envolvendo a Companhia podem ser resumidas como segue:

- A Companhia no desenvolvimento das suas atividades, tem um total de provisionamento referente a autuações Federais e Estaduais. O valor provisionado refere-se à autuação referente a ICMS.
- A Companhia é parte em reclamações trabalhistas movidas por ex-funcionários e terceiros, em que se discute principalmente diferença de pagamentos de verbas rescisórias, adicionais salariais, horas extras, intervalo intrajornada, além de outras verbas de natureza trabalhista.
- A Companhia também é parte em ações e procedimentos cíveis, no âmbito da justiça cível e do juizado especial cível, movidos por consumidores e fornecedores, sendo a maioria referente a pedidos de indenização.

Fast Shop S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

18. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Perdas possíveis

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía ações de natureza tributária, cível e trabalhista envolvendo riscos de perda classificados pela Administração e por seus consultores jurídicos como possíveis, no montante de R\$ 652.573 (R\$ 202.326 em 31 de dezembro de 2019), que não estão provisionadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019, conforme demonstrado a seguir:

	(c) Tributário	(b) Cíveis	(a) Trabalhista	Total
2020	607.942	10.593	34.038	652.573
2019	173.277	10.347	18.702	202.326

- a) Tomando por base os resultados obtidos na política de acordos ao longo do ano de 2019, em 2020 passamos a considerar como provável de perda 5,34% do valor do risco inicial dos processos trabalhistas na fase de conhecimento (valor total do pedido). Para os processos trabalhistas na fase recursal e execução, o valor da provisão toma por base o valor real do risco condenado e liquidado ou o valor total do depósito, quando este cobrir o valor total da execução.
- b) O percentual de 5,34% equivale ao valor médio dos acordos firmados nos anos anteriores nos processos trabalhistas da fase de conhecimento e será revisto anualmente, no mês de setembro de 2021.
- c) Na área cível, somente um processo era responsável pela provisão de R\$ 1.650 (processo 0028150-06.2008.8.26.0068). Em março/2021 foi firmado acordo nesse caso para quitação da dívida e encerramento do processo.
- d) Dois processos, por outro lado, representam quase a totalidade do risco possível de perda cível (R\$ 7.473):
 - execução fiscal movida pelo SENACON (processo 0013895-91.2017.4.03.6182), que se encontra garantida pela apólice de seguro judicial n° 014142020000107750137361, com vigência até o dia 22/04/2025, contra a qual foi proposta ação anulatória (processo 0034320-42.2017.4.03.6182), ainda não julgada.
 - ação indenizatória por danos materiais e morais movida pela empresa SONAR (processo 0002554-11.2019.8.26.0108), que foi extinta sem resolução do mérito em fevereiro/2021 por abandono de causa pela autora.
- e) Em julho de 2020, foi lavrado auto de infração contra a empresa, no valor total de R\$ 416.784 (sendo R\$ 415.293 perdas possíveis e R\$ 1.491 perdas prováveis) para cobrança de PIS e COFINS sobre produtos classificados com isenção de alíquota. A empresa apresentou defesa administrativa e neste momento o processo aguarda julgamento da DRJ.

Fast Shop S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

18. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

- f) Em março de 2014, foi lavrado pela Receita Federal/Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais – DEFIS um Auto de Infração Fiscal – AIF no montante total de R\$ 97.954 (R\$ 96.352 em 31 dezembro de 2019), que teve por objetivo a exigência de cobrança de: (i) IRPJ e CSLL, tendo em vista suposta omissão de receita (fatos geradores de fevereiro a dezembro de 2009); e (ii) multa isolada pela falta de recolhimento de IRPJ e CSLL. Em abril 2014, a Companhia protocolou defesa administrativa, e em janeiro de 2015 foi proferido acórdão que rejeitou as preliminares de nulidade, bem como os demais argumentos de defesa, mantendo a integralidade do Auto de Infração e Imposição de Multa – AIIM. Em abril de 2015, foi protocolado Recurso Voluntário em face do referido acórdão, objetivando o cancelamento integral da autuação. Apresentado recurso, o mesmo foi distribuído e processado no CARF, nesta egrégia corte ficou definido que o processo deveria ser encaminhado ao fiscal para que seja realizado diligência, após o retorno da diligência o processo foi julgado e o CARF decidiu pelo cancelamento integral da infração. No passo seguinte a Receita Federal, recorreu à Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF) e agora aguarda-se este julgamento.
- g) Em outubro de 2013, foi lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais-SEFAZ/MG, um AIF no montante de R\$ 17.035 (R\$ 16.380 em 31 dezembro de 2019), referente a suposta omissão de saída de mercadoria - valores apurados pelo confronto entre os valores das operações tributadas indicadas pela Companhia, em oposição aos valores fornecidos pelas empresas administradoras de cartões de crédito /débito, requerendo o recolhimento de ICMS sobre tais transações. Em novembro de 2013, foi protocolada Impugnação ao Auto de Infração e em janeiro de 2014 os autos foram remetidos à Assessoria do Conselho de Contribuintes de Minas Gerais para elaboração de parecer. Em julho de 2014, a Companhia peticionou juntando novos documentos e laudo pericial contábil com finalidade de comprovar a inexistência de omissão de saída. A fase administrativa se encerrou de modo desfavorável a Companhia, em razão de voto de desempate do conselheiro Presidente da Sessão. Após isso a Companhia ajuizou ação para impedir a cobrança do débito e obteve decisão liminar favorável. Em 2018, o processo foi julgado e a sentença cancelou 80% do auto de infração, aguarda-se recurso da Fazenda para decisão definitiva sobre o caso.
- h) Em setembro de 2017, foi lavrado auto de infração pela Receita Federal, em virtude de suposto aproveitamento de créditos de PIS e COFINS que foram considerados indevidos pela fiscalização, tal glosa de créditos corresponde a um montante de R\$ 32.097 (R\$ 29.270 em 31 dezembro de 2019). A Companhia apresentou defesa e até dezembro de 2018 não havia julgamento do caso. O carf negou provimento ao recurso da Companhia e agora o processo segue em discussão judicial, sem nenhuma decisão.
- i) A companhia reconheceu em seu resultado valores de recuperação tributária, notadamente de ações de exclusão da base do Icms na base do Pis e da Cofins, mas diante da incerteza sobre o montante, por conta das mais diversas decisões judiciais, por conservadorismo, separou-se do valor reconhecido um total aproximado de R\$ 12.853 para reconhecimento em futuras compensações.

Fast Shop S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

18. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Depósitos judiciais

A Companhia discute o pagamento de certos impostos, contribuições e obrigações trabalhistas, garantido por depósitos para recursos de montantes equivalentes, pendente das decisões legais finais, registrado no ativo não circulante.

	<u>Tributário</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Trabalhista</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
2020	1.193	7.137	9.766	803	18.899
2019	1.193	7.280	13.065	755	22.293

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

O Capital Social, totalmente integralizado em 31 de dezembro de 2020, no valor de R\$150.000, está representado por 150.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 1.000,00 (mil reais) cada. Em 31 de dezembro de 2019, era representado por 150.000 ações ordinárias nominativas.

b) Reserva legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, até que alcance 20% do capital social, de acordo com os requisitos da Lei das Sociedades por Ações.

c) Dividendos

A distribuição de lucros obedecerá às destinações do Estatuto Social da Companhia, bem como à Lei das Sociedades por Ações, conforme segue:

- 5% para reserva legal.
- Distribuição de dividendo mínimo obrigatório, respeitando as regras previstas na legislação vigente (mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição de reserva legal e a formação de reserva para incentivos fiscais).

Fast Shop S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

19. Patrimônio líquido--Continuação

c) Dividendos - continuação

A proposta de dividendos demonstrada nas demonstrações financeiras da Companhia, calculada nos termos dos artigos 196 e 197 da referida Lei, foi calculado como segue:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido do exercício	291.877	20.437
Reserva legal	(14.594)	(1.022)
Reserva de incentivos fiscais	(39.158)	-
Lucro líquido ajustado	238.125	19.415
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	59.531	4.854
Dividendos Adicionais Propostos	105.000	-
Total de Dividendos	164.531	4.854
Dividendo mínimo obrigatório por ação (em R\$)	396,87	32,36
Dividendo adicional proposto por ação (em R\$)	700,00	-
Total Dividendos por ação (em R\$)	1.096,87	32,36

d) Reserva de lucros

A reserva de retenção de lucros, que deve ser constituída nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, para atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Companhia, a ser deliberado em Assembleia Geral.

e.) Reserva de Incentivos Fiscais:

A reserva de Incentivos Fiscais, que deve ser constituída nos termos do CPC Nº 07 Subvenção e Assistência Governamentais, refere-se a valores apurados provenientes do enquadramento como subvenção para investimento e, conseqüentemente, exclusão da apuração do IRPJ/CSLL, de valores de créditos presumidos concedidos pelo Estado da Paraíba através do Regime Especial 2018.000035, em decorrência da Lei Complementar nº. 160/17 ("LC nº. 160/17"). Em 2020 foi realizada a constituição de reserva referente ao período corrente, perfazendo o montante total de R\$ 39.158 bem como, houve constituição da reserva referente ao período de 2019 no montante de R\$ 19.662.

Fast Shop S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

20. Receita operacional líquida

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receita de vendas de produtos	4.867.644	4.424.073
Receita financeira	72.185	101.724
Receita de prestação de serviços	57.476	78.040
Devoluções, cancelamentos e descontos	(433.483)	(435.028)
Receita líquida de devoluções	4.563.822	4.168.809
Tributos municipais	(2.579)	(3.582)
Tributos estaduais	(166.846)	(105.316)
Tributos federais	(350.381)	(363.182)
Receita Operacional Líquida	4.044.016	3.696.729

Como a atividade de financiamento ao consumidor é fundamental para a condução dos negócios da Companhia, a receita financeira dessa operação é contabilizada como receita operacional ao longo do prazo determinado para cada transação realizada, utilizando-se a taxa efetiva de juros.

21. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Exclusão ICMS base Pis/Cofins (a)	255.660	3.174
Diferença Margem ICMS (b)	-	63.641
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.628)	8.365
Total	254.032	75.180

a) Complemento em relação ao crédito extemporâneo já reconhecido, oriundo do cálculo da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins, Processo Judicial 0007380-39/2010.403.6100, compreende o período 2005 a 2014 com trânsito em julgado em 27/09/2018, valor principal totaliza R\$ 125.935.811,25. Processo Judicial 5002620.15.2017.4.03.6100, compreende o período 2015 a abr/2020 com trânsito em julgado em 17/04/2020, valor principal R\$ 140.516.030,75 (R\$ 10.792 reconhecidos em Tributos federais NE 20. Receita operacional líquida)

b) No ano de 2019, existiam créditos apurados no montante de R\$ 63.641 de anos anteriores (2016 a 2018) todos oriundos dos créditos levantados da Portaria Cat 42/2018 SP e também por diferença de margem de outras UFs.

Fast Shop S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

22. Despesas por natureza

As informações sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Custo dos produtos e dos serviços vendidos	(3.131.675)	(2.863.496)
Despesa com pessoal e encargos	(325.179)	(350.734)
Serviços contratados diversos	(181.029)	(120.330)
Despesa com aluguel	(17.324)	(29.164)
Taxa de administração de cartões	(52.009)	(54.213)
Condomínio e fundos de promoção	(23.008)	(28.476)
Logística e distribuição	(84.869)	(63.691)
Propaganda e marketing	(1.090)	(1.838)
Taxas, impostos e contribuições	(18.967)	(26.105)
Despesa com ocupação e manutenção predial	(7.824)	(8.405)
Energia, telefone e água	(8.297)	(11.023)
Perdas no recebimento de crédito	(5.634)	(4.491)
Reversão (provisão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(13.817)	(18.463)
Material de consumo	(3.907)	(3.885)
Viagem e transporte	(1.111)	(1.970)
Outras despesas	(17.930)	(24.369)
Total	<u>(3.893.670)</u>	<u>(3.610.653)</u>
Classificadas como:		
Custo dos produtos e dos serviços vendidos	(3.131.675)	(2.863.496)
Despesas com vendas	(391.227)	(394.278)
Despesas gerais e administrativas	(370.768)	(352.879)
Total	<u>(3.893.670)</u>	<u>(3.610.653)</u>

As despesas de logística incorridas nos centros de distribuição, incluindo os fretes relacionados ao transporte das mercadorias dos CDs até as lojas físicas estão classificadas como despesas de vendas no montante de R\$ 103.983 (R\$113.214 em 2019).

Fast Shop S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

23. Resultado financeiro

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receitas financeiras:		
Descontos financeiros de fornecedores	1.583	223
Juros recebidos de clientes	9.508	18.781
Juros sobre créditos tributários extemporâneos	137.068	21.076
Outras receitas financeiras	1.429	530
	<u>149.588</u>	<u>40.610</u>
Despesas financeiras:		
Juros passivos e multas	(20.081)	(17.044)
Ajuste a valor presente de fornecedores	(18.942)	(31.057)
Encargos sobre arrendamento mercantil	(8.368)	(10.382)
Encargos sobre aluguéis	(322)	(746)
Encargos por antecipações de recebíveis*	(26.432)	(44.818)
Outras despesas financeiras	(3.396)	(4.228)
	<u>(77.541)</u>	<u>(108.275)</u>
Resultado financeiro	<u>72.047</u>	<u>(67.665)</u>

*No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia antecipou recebíveis, no montante de R\$1.654.695 (R\$1.980.528 em 2019), gerando encargos no valor de R\$ 26.432.

24. Lucro líquido por ação

Conforme mencionado na nota explicativa nº 22, o capital social da companhia é constituído de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. De acordo com o pronunciamento técnico CPC 41, a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício com os valores usados para calcular o lucro líquido básico e diluído por ação, total e de operações continuadas:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Numerador básico e diluído:		
Alocação do lucro líquido do exercício para os acionistas	291.877	20.437
Denominador básico e diluído:		
Ações em circulação (em milhares)	150	150
Lucro líquido básico e diluído por ação (em R\$)	<u>1.945,85</u>	<u>136,25</u>

Fast Shop S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

25. Instrumentos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento da Administração foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderiam ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de metodologias de mercado pode produzir efeitos diferentes nos valores de realização estimados.

a) Gestão do risco de capital

Os objetivos da Companhia, ao administrar seu capital, são assegurar a continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas, além de manter uma estrutura de capital adequada para minimizar os custos a ela associados.

A estrutura de capital da Companhia consiste em saldos de caixa e equivalentes de caixa, financiamento - risco sacado de fornecedores, obrigações por arrendamento mercantil financeiro e patrimônio líquido.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade para liquidar seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de contas a receber, fornecedores e estoques, tomando as ações necessárias para mantê-los em níveis considerados adequados à gestão financeira.

b) Categorias de instrumentos financeiros

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativos financeiros		
Empréstimos e recebíveis:		
Caixa e equivalentes de caixa	9.186	36.884
Contas a receber	265.654	263.191
Partes Relacionadas	184.050	152.705
Total	458.890	452.780
Outros passivos financeiros:		
Aluguéis a pagar	12.036	12.287
Arrendamento mercantil	73.013	96.028
Fornecedores	821.660	649.211
Financiamento - risco sacado de fornecedores	159.402	254.009
Venda para entrega futura	59.610	30.973
Total	1.125.721	1.042.508

Fast Shop S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

25. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Categorias de instrumentos financeiros--Continuação

Os saldos das contas a receber estão ajustados a valor presente até a data de encerramento de cada exercício; dessa forma, a Administração é de opinião de que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado até a data de encerramento de cada exercício.

Contudo, tendo em vista que não há mercado ativo para esses instrumentos, as diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

c) Riscos financeiros

As atividades da Companhia estão expostas a riscos financeiros relacionados à taxa de juros e aos riscos de crédito e de liquidez.

A gestão dos riscos é realizada pela Administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela Diretoria. A área de Tesouraria identifica e avalia eventuais riscos financeiros e protege a Companhia em cooperação com suas unidades operacionais.

d) Gestão do risco de taxa de juros

A Companhia toma empréstimos apenas em forma de arrendamentos mercantis financeiros com taxas de juros prefixadas, permitindo que a Administração conclua que o risco decorrente da variação das taxas de juros sobre esses empréstimos não é significativo.

e) Gestão do risco de crédito

As operações da Companhia compreendem o comércio de eletrônicos, máquinas e equipamentos domésticos, comerciais e de escritório, máquinas e aparelhos eletrodomésticos, aparelhos de áudio, vídeo e som, computadores e microcomputadores, periféricos e telefones celulares. As vendas são substancialmente efetuadas por meio de pagamento com cartão de crédito e os riscos de recebimento não são da Companhia.

f) Gestão de risco de liquidez

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Fast Shop S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

25. Instrumentos financeiros--Continuação

f) Gestão de risco de liquidez--Continuação

Em virtude da dinâmica de seus negócios, a Companhia mantém flexibilidade na captação de recursos, mediante a manutenção de linhas de crédito bancárias com algumas instituições. A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

<u>Operação</u>	<u>Até 1 ano</u>	<u>Mais de 1 ano</u>	<u>Total</u>
Fornecedores	821.660	-	821.660
Financiamento - convênio de aquisição de crédito de fornecedores	159.402	-	159.402
Arrendamento mercantil e aluguéis a pagar	30.842	54.207	85.049

g) Linhas de financiamento

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Conta garantida e limite de crédito bancário:		
Não utilizado	5.000	28.000

h) Garantias recebidas e concedidas

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Garantias concedidas:		
Cartas de fiança	84.834	47.406

Fast Shop S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

26. Cobertura de seguros

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância. As coberturas dos seguros, em valores em 31 de dezembro de 2020, são assim demonstradas:

	<u>Valor</u>
Lucros cessantes	13.000
Incêndio - importância máxima de todos os estabelecimentos	213.850
Veículos	100% Tabela Fipe

A suficiência das coberturas contratadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram avaliadas pelos nossos auditores independentes.

27. Eventos subsequentes

a) Aumento de Capital

Em 31/03/2021 a Companhia, conforme ata de assembleia extraordinária, aprovou o aumento do capital social da Companhia, atualmente de R\$ 150.000 (cento e cinquenta milhões de reais) para R\$ 208.820 (duzentos e oito milhões e oitocentos e vinte mil reais), um aumento, portanto, de R\$ 58.820 (cinquenta e oito milhões e oitocentos e vinte mil reais), mediante a emissão de 58.820 (cinquenta e oito mil e oitocentas e vinte) novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1 (mil reais) cada, aumento esse realizado por meio da capitalização de lucros da reserva de incentivos fiscais.

b) Reforço de Caixa

Em 31 de Março de 2021, a Companhia captou empréstimo junto ao banco BTG Pactual, por meio de emissão de notas promissórias, totalizando um montante de R\$ 100.000 (Cem milhões de reais), sendo 100 unidades no valor de R\$ 1.000 cada, com juros equivalentes a taxa CDI + 1,95% ao ano, com data de vencimento para 25/03/2022.